



Reg 124/2014
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

LEI MUNICIPAL nº 6.278 de 20 de Outubro de 2013

Rua: Paraná, 5000 – Centro – Cascavel – Paraná

Fone: (45) 3321-2366

Ofício Nº. 167/2014

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCATEL
Recebi em 20/05/14

Cascavel, 29 de maio de 2014.

Ao Exmo. Sr.:

MARCIO PACHECO

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

CASCATEL – PR

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCATEL
Lido em 02/06/14

Gugu Bueno
Vereador - 1º Secretário

Ref.: Ofício No. 167/2013-SEC/CMC de 21/05/2014

Excelentíssimo Senhor,

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições, previstas na Lei Municipal nº 6.278/2013, em atendimento ao solicitado através do Ofício supracitado, por esse respeitoso Órgão, vem esclarecer o que segue:

Os **Fundos para Infância e Adolescência (FIA)** são regulamentados pela Lei Federal nº 8.069/90 – art. 88 e art. 260 (alterado pela Lei Federal nº 12.594/2012) - ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente) e têm como objetivo captar e aplicar recursos destinados às ações de atendimento à criança e ao adolescente. A principal fonte de recursos destes Fundos são destinações do Imposto de Renda, haja vista que, as doações voluntárias não precisam ser repassadas ao FIA, podem ser feitas diretamente pela sociedade às Entidades e Programas de sua escolha.

No Município de Cascavel, o FIA é regido pela Lei Municipal nº 6.278/2013 de 20/10/2013, que dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, da criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e dá outras providências, em seus art. 28 a 31 e pelo Decreto Municipal No. 11.608 de 20/12/2013.

No âmbito Municipal o FIA é gerido pelo CMDCA, com o apoio administrativo da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEASO, seguindo as regras da Lei nº 4.320/64 e demais legislações e normativas à gestão de recursos públicos como: Resolução nº 137 de 21/01/2010 – CONANDA, Resoluções nº 36/2009 e 28/2011 e Instrução Normativa nº 61/2011 do Tribunal de Contas do Paraná, Lei Federal nº 12.594/2012, Lei Municipal nº 6.278/2013 e Decreto Municipal nº 8.324/2008 e Portaria Federal nº 448 de 13/09/2002 da Secretaria do Tesouro Nacional.

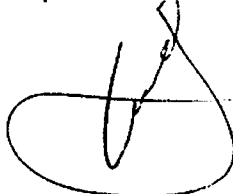
Encaminhamos anexos os Flyers da Campanha, e prestação de contas do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, relativa aos anos de 2010 e 2011, anexos e cópias das Resoluções No. 033/2011 de 01/06/2011 e Resolução No. 011/2012 de 14/02/2012.

Quanto aos anos de 2012 e 2013, a partilha está sendo realizada através da Resolução No. 028/2014, de 16 de maio de 2014 – CMDCA (anexa), que aprova critérios de partilha do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Cascavel- PR - FIA 2012/2013 e procedimentos para apresentação de projetos/ Edital anexo, que está em andamento, bem como planilha relativa à arrecadação desse período e de 2014. Cabe salientar que as destinações de pessoas físicas referentes ao período de janeiro à abril de 2014 são recolhidas diretamente pela Receita Federal através de DARF/ Declaração do IR, depositadas no Fundo Nacional e somente próximo à setembro do corrente ano é que serão repassadas ao Fundo Municipal.

É necessário elucidar que a partilha de 2012/2013 somente está ocorrendo agora, devido à gestão anterior, ter realizado a alteração da Lei Municipal No. 5.142/2009 de 09/01/2009, que culminou na Lei Municipal No. 6.088/2012 de 20/07/2012, que devido ter sido promovida pela Câmara Municipal de Vereadores foi considerada inconstitucional, desta forma gerando a necessidade de elaboração de uma nova Lei Municipal pela Gestão Atual 2012/2014 – CMDCA.

Frente a esse feito, o CMDCA ficou impossibilitado de realizar a partilha do FIA, pois suas decisões poderiam ser questionadas e revogadas diante da inconstitucionalidade da Lei que estava em vigor e também dispunha sobre o FIA.

Para a construção da nova Lei Municipal da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e que também dispõe sobre o CMDCA e o FIA – Lei Municipal No. 6.278/2013, e em conjunto com a mesma a construção da Lei Municipal No. 6.279/2013 que dispõe sobre os Conselhos Tutelares (que também faz parte da Política Municipal dos Direitos



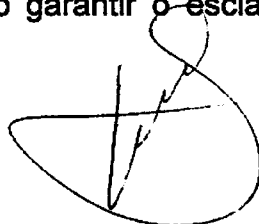
da Criança e do Adolescente), houve um longo processo de participação e discussão com o envolvimento das Entidades, Programas, Serviços e Secretarias Municipais que atuam na área da criança e do adolescente, ambas finalizadas e publicizadas em outubro de 2013.

Com as Leis Municipais concluídas, o Conselho teve que elaborar o Decreto Municipal No. 11.608 de 20/12/2013, que dispunha sobre as questões específicas do FIA, o qual foi finalizado em dezembro de 2013. Aliado a esse Processo no ano de 2013, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná após análise das prestações de contas, abriu contraditórios para defesa do Município, em relação a convênios realizados com Entidades Não Governamentais, a partir da partilha do FIA 2010/2011, quanto a vários aspectos dentre eles em relação ao “pagamento de folha” e “terceirização indevida de serviços públicos”, cujos processos ainda estão tramitando e já geraram duas defesas.

Frente a essas questões, e visando um trabalho responsável e criterioso, a fim de evitar prejuízos às Entidades, Programas e Serviços de atendimento a crianças e adolescentes, o CMDCA em conjunto com a SEASO decidiu aguardar as orientações e esclarecimentos legais, visando dirimir essas questões e após fazer o processo de partilha do FIA. A partilha dos recursos do FIA já vinham sendo planejada e pensada com seriedade e legalidade, desde o final de 2013, quando iniciou o processo de construção da minuta de partilha, publicizada através a Resolução No. 28/2014 – CMDCA, cujo pleito encontra-se aberto para a apresentação de projetos, com vistas à captação de recursos do FIA pelas Entidades, Programas e Serviços Governamentais e Não Governamentais registrados no Conselho.

Durante esse processo a única deliberação de recursos do Fundo, realizada pelo CMDCA, foi a de solicitação à SEASO para que elaborasse um Plano de Trabalho e Aplicação para realização de “Capacitação para o CMDCA, Conselhos Tutelares e demais atores do Sistema de garantia de Direitos da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com recursos do FIA Municipal”, necessária e requerida de forma reiterada pelo Ministério Público ao Conselho, a qual foi aprovada e publicizada através das Resoluções No. 084/2013 de 16/10/2013 e de No. 008/2014 de 19/02/2014, cópias anexas, pois está prevista nas legislações que dispõem sobre os Fundos Municipais, desde que aprovada pelo CMDCA.

Considerando que o Conselho tem pautado suas deliberações em consonância com todas as legislações pertinentes, e seu objetivo não está vinculado a questões políticas partidárias ou pessoais, clarifica que suas decisões são pautadas na impessoalidade e atuação transparente. Diante disso, esclarece que todas as Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do CMDCA são gravadas, visando garantir o esclarecimento de eventuais

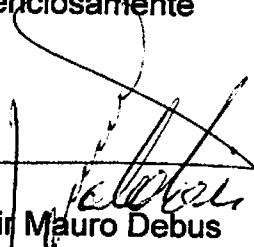
A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'S' shape with a vertical line through it, enclosed within a large, loopy circle.

dúvidas quanto as suas deliberações e que essas acontecem com garantia de quorum e a participação paritária de representantes governamentais e não governamentais.

Sendo o que se apresenta para o momento, expressamos o nosso apreço e consideração e nos colocamos à disposição para outros esclarecimentos necessários, bem como aproveitamos a oportunidade para convidá-los a participar das reuniões do CMDCA, conforme calendário anexo. Os manteremos informados em relação ao assunto e expressamos nossos agradecimentos especiais aos Vereadores Vanderlei Augusto da Silva que costumeiramente comparece às reuniões do CMDCA e apóia o Conselho, assim como ao nobre Vereador Pedro Maria Martendal de Araújo, o qual tem se feito representar por seu assessor Sr. Emo Urbino em todas as reuniões do Conselho.

Sendo o que se apresenta para o momento, deixamos o nosso apreço e consideração.

Atenciosamente



Valdair Mauro Debus
Presidente do CMDCA

**Obs.: Acesse o WWW.cascavel.pr.gov.br
secretaria de assistência social/ conselho municipal dos direitos da criança e do
adolescente (e acompanhe as deliberações do CMDCA de Cascavel).**